

EIXO TEMÁTICO 4 | SEGURIDADE SOCIAL: ASSISTÊNCIA SOCIAL, SAÚDE E PREVIDÊNCIA

O TERRITÓRIO DO BAIXO-PARNAÍBA-MA: singularidades e conflitos socioambientais

THE TERRITORY OF BAIXO-PARNAÍBA-MA: singularities and sócio-environmental conflicts

Aurora Amélia Brito de Miranda¹
Maria Leidinalva Batista Miranda²

RESUMO

O artigo tem como propósito refletir sobre a região do Baixo Parnaíba no Maranhão, identificando e analisando, a partir do conceito de território, suas singularidades e conflitos socioambientais. De tipo quanti-quali, a pesquisa que deu base empírica a tais reflexões, utiliza a metodologia da cartografia social como modo de abordagem do real e procedimento de coleta de dados, através da qual, os territórios com suas particularidades, foram mapeados pelos sujeitos que os vivem. Os territórios referem-se aos dez municípios de maior índice de pobreza no Maranhão. Conclui-se que são espaços de des-organização e des-territorialização constantes, em função sobretudo de fatores econômicos, tais como o agronegócio, tornando-os fluidos e instáveis, seja em termos políticos, culturais e/ou econômicos.

Palavras-chave: Território; Baixo-Parnaíba-MA; conflito socioambiental.

ABSTRACT

The purpose of the article is to reflect on the Baixo Parnaíba region in Maranhão, identifying and analyzing, based on the concept of territory, its singularities and socio-environmental conflicts. Quantitative-quali type, the research that gave empirical basis to such reflections uses the methodology of social cartography as a way of approaching reality and a data collection procedure, through which territories, with their particularities, were mapped by the subjects who live in them. The territories refer to the ten municipalities with the highest poverty rate

¹ Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão. Doutora. Email: aurora.abm@ufma.br.

² Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão. Doutora. Email: maria.leidinalva@ufma.br.

in Maranhão. It is concluded that they are spaces of constant disorganization and deterritorialization, mainly due to economic factors, such as agribusiness, making them fluid and unstable, whether in political, cultural and/or economic terms.

Keywords: Territory; Baixo-Parnaíba-MA; environmental conflicts.

1 INTRODUÇÃO

O estado do Maranhão no cenário nacional tem apresentado os piores indicadores sociais, embora possua grande potencial de crescimento e desenvolvimento econômico e social, pois possui uma localização privilegiada, visto que faz parte da chamada pré-amazônia, com vasta área de terras férteis, propícias para a agricultura, clima ameno com estações climáticas bem definidas, muitos rios, além do segundo maior litoral brasileiro, com 640 km².

Visando reduzir esses indicadores de pobreza, o governo do Estado do Maranhão, através da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Maranhão – FAPEMA, lançou edital visando promover o desenvolvimento territorial através da pesquisa e extensão, na linha de ação “Mais Inovação e no âmbito do Programa “Tecnologia Social.

Participamos do referido edital, com o projeto de pesquisa, intitulado “Cartografia da Vigilância Socioassistencial: uma experiência de pesquisa-ação no território do Baixo-Parnaíba/MA”. Neste artigo, apresentamos os resultados da pesquisa, especificamente o território do Baixo - Parnaíba/MA, mas apenas no que se refere às singularidades territoriais e especificidades dos conflitos socioambientais.

A região do Baixo Parnaíba, no Maranhão, é marcada pelo estigma da pobreza, o que afeta diretamente seus indivíduos e coletividades, atribuindo-lhes uma identidade inferiorizada e alienante. Onde, porém, parece só haver homogeneidade na realidade, ocorre o exato oposto: diferenciação, multiplicidade e além de vulnerabilidades, potencialidades.

Uma condição importante até mesmo do enfrentamento de conflitos que certamente estão na raiz dessa marca indelével da pobreza, como se identidade de um povo e realidade unos, é a maior precisão na descrição desses territórios. É preciso, pois, explicitá-los na sua multiplicidade e singularidades, nas marcas específicas que eles possuem com vistas a fundamentar políticas públicas munidas de maior eficiência, eficácia e efetividade no enfrentamento à condição de pobreza que sobre eles incide.

2 TERRITÓRIOS RELACIONAIS: DO UNO AO MÚLTIPLO

Territórios são lugares móveis, ou seja, há sempre um espaço não fixo como ponto de partida para pensá-los, dadas as relações que o constituem e transformam nas interfaces entre a micropolítica do cotidiano e a teia da geopolítica mundial, sem as quais em última instância, não existem. São assim, locais e globais, singulares e plurais, marcados pela diferença e repetição, o que não é o mesmo que coisas fixas.

O que faz com que se movam de um determinado modo ou de outro é a circulação de ideias, objetos, ações e sujeitos. Estes, uma vez afetados pelas práticas e saberes hegemônicos, estão imersos em relações de um poder que circula, ou seja, que não possui titularidade ou lugar fixo, compondo a microfísica inescapável do cotidiano.

O território pode ser comparado a um campo de força: ele é, obviamente, um aspecto, uma dimensão do espaço social, e ele depende, de várias maneiras, da dimensão material do espaço; mas ele é, em si mesmo, intangível, assim como também o poder é impalpável, como relação social que é. O poder é uma relação social (ou, antes, uma dimensão das relações sociais), e o território é a expressão espacial disso (Souza, 2015. p.62).

Para Raffestin (1993), territórios são instrumentos ao mesmo tempo em que resultam de relações de poder. Se de um lado, exercem influência e mesmo controle de recursos e populações, de outro, são as relações de poder que os constroem e definem que sejam precisamente assim.

Tais relações dão conta de que os territórios não possuem qualquer unicidade ou articulação interna prévia. Neles, se manifestam as chamadas expressões da questão social na forma de múltipla pobreza mas, de igual modo, existem potências. Ocorre que as primeiras são muitas vezes abertas, visíveis, próximas. As potencialidades, por seu turno, são, invisíveis, tímidas e via de regra encobertas, sobretudo para os sujeitos que as portam.

Face ao cruzamento entre força e fraqueza que caracteriza todo território, interessa fundamentalmente identificar o que há além da oposição. São ordenados, hierarquizados por técnicas específicas de disciplina e controle dos administráveis, combinadas ao extermínio dos sobrantes, seja de seus corpos, suas ideias, suas práticas ou cultura própria. Mas são também lugares de resistências cotidianas, pequenas ou maiores, fugazes ou mais duradouras, imediatas, de médio ou longo prazo, traços que se cruzam constituindo cada espaço-tempo

vivo. Sua marca central, são os conflitos, opostos que os mantém em movimento e pelos quais, embora aparentemente os mesmos, mudam continuamente.

Numa palavra, são relacionais e precisamente porque há dois lados constituindo a relação enquanto tal, nenhum dos pólos é totalmente inerte, do contrário sequer se poderia falar em relação e seriam apenas espaços fixos, invariáveis, mortos.

Costuma-se entender os territórios a partir de categorias do pensamento e da ação humana, onde há certo consenso ao reconhecer suas diferentes dimensões: econômica, política, cultural, simbólica, etc. Estas, de partida remetem à noção de uso, tal como aduz Santos (SANTOS, 1994a, p.15) “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social”.

Esse é um conceito a ser pensado a partir das interfaces com os conceitos de ambiente e espaço, dado serem eles interdependentes e ao mesmo tempo manterem particularidades intrínsecas. Assim, Raffestin, (1993, p. 16) entende que:

O ambiente constitui a matéria-prima sobre a qual o homem trabalha, socialmente, para produzir o território que resulta, eventualmente, mais tarde, por intermédio da observação, “em uma paisagem”. Esta não é uma construção material, mas a representação ideal da construção.

O espaço, por seu turno, é condição da estruturação do poder, dado que se exerce fundamentalmente por meio do controle, delimitação e organização do espaço. Muito longe de sinônimo de território, o pressupõe

O espaço está em posição que antecede ao território, porque este é gerado a partir do espaço, constituindo o resultado de uma ação conduzida por um ator que realiza um programa em qualquer nível. Apropriando-se concretamente ou abstratamente (por exemplo, através da representação) de um espaço, o ator o “territorializa.” (Raffestin, 1993, p.17).

Isso implica dizer que o território é essencialmente relacional, também no sentido de que não se pode atribuir qualquer conotação prévia positiva ou negativa, pois se constitui e é constituído na interação entre sujeitos e entre objetos.

Para construir um território, o ator projeta no espaço um trabalho, isto é, energia e informação, adaptando às condições dadas às necessidades de uma comunidade ou de uma sociedade. O espaço é a “prisão original”, de acordo com a definição de Gunnar Olson, a “jaula”, segundo Jean Brunhes; ao contrário, o território é a prisão que os homens constroem para si, reorganizando as condições iniciais. (Souza, 2001 p. 18).

Território é sempre heterogêneo e múltiplo, jamais uno. Pode-se assim aludir a um espaço social multifacetado de que a territorialidade faz parte. Assim compreendido, nele, se realiza o tempo da governança, da organização político-administrativa que dá azo à territorialidade das políticas públicas. Isso remete a toda a dinâmica da formulação, gestão e avaliação de políticas específicas enquanto respostas a demandas que guardam em si, contradições e desigualdades sociais e por isso mesmo tais respostas executam uma microfísica de poder disciplinar e controle biopolítico (FOUCAULT, 1984) dos sujeitos usuários, sob o invólucro técnico dos cálculos de eficiência, eficácia e efetividade.

O território da governança investe nas populações classificando-as por categorias etárias, de gênero, de raça e classe e segregando-os na forma do mais aberto racismo de estado, enquanto subsume nisso a multiplicidade potente da multidão (Negri, 2010). Noutras palavras, o Estado trata como uno o que é múltiplo, mas é preciso lembrar que por natureza, a multiplicidade é anterior a toda classificação. Contudo, o que temos nos territórios, segundo Saquet, (2004), é uma diversidade de conteúdos e formas, fazendo conviver no mesmo espaço tempo: mecanismos de apropriação e dominação, identidades culturais em curso, continuidades e descontinuidades, heterogeneidades e traços comuns.

No debate plurissecular aberto em torno do Estado são identificáveis várias vertentes teóricas do pensamento social, quer sejam as correntes de talhe conservador, profundamente funcionais à ordem social burguesa, quer sejam as que assumem um conteúdo crítico-emancipatório, ganhando destaque aquelas que tomam como referencial a obra de Marx. Do choque de ideias e das reflexões opostas, avolumam-se sínteses interpretativas acerca do Estado, apresentando – ou até mesmo desvirtuando – a razão de ser da sua existência e, sob enfoques distintos, demonstrando sua atuação no enfrentamento dos problemas societários em certas circunstâncias. Não é de surpreender, portanto, que na literatura disponível o Estado ora é identificado como um “mal necessário”, ora como a “encarnação do espírito absoluto”, ora como um verdadeiro conciliador de interesses conflitantes, ou ainda é-nos apresentado como uma “forma alienada [e sustentável] de tomada de decisão” (MÉSZÁROS, 2021, p. 49).

3 O TERRITÓRIO DO BAIXO-PARNAÍBA/MA: SINGULARIDADES E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

O Maranhão possui uma área territorial de 331.935,507 km² e uma população estimada

em 7.153.262 habitantes, dividida em 217 municípios, distribuídos em 05 mesorregiões e 21 microrregiões. Esse contingente populacional está distribuído em municípios com estruturas produtivas ainda muito rudimentares e de baixa capacidade de geração de trabalho que possam absorver a força de trabalho em condições dignas de assalariamento, configurando situações de profunda precariedade do trabalho, identificados com condições análogo ao trabalho escravo, em alguns municípios da pesquisa.

Pois, esses municípios, tem como principal fonte de receita, os recursos do Fundo de Participação Municipal (FPM) e os programas de transferências de renda, como as aposentadorias rurais e o benefício do Programa como o Bolsa Família (PBF). Esses determinantes configuram o perfil socioeconômico do estado do Maranhão, marcado por um quadro social de profundas desigualdades sociais, expressas em baixos padrões nas condições de vida da maioria da população.

Com base nessas informações, os 10 (dez) municípios do Baixo Parnaíba/MA da referida pesquisa, estão na Mesorregião Leste Maranhense e Microrregião de Chapadinha, Lençóis e Baixo Parnaíba. Essa região é composta por municípios que se situam na região geográfica intermediária de São Luís, com outros situados na divisa Maranhão-Piauí, conforme a atual classificação do Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE, 2017).

Os municípios dessa região ocupam parte dos vales das bacias hidrográficas do Alto Munim e, principalmente do Rio Parnaíba, dando origem assim ao nome da região. Esses municípios estão inseridos no bioma Cerrado com presença notável da Mata de Cocais (região transicional entre os biomas da Amazônia, Caatinga e Cerrado), além dos municípios costeiros, possuírem um litoral com rica formação de manguezais.

A região do Baixo-Parnaíba maranhense compreende 16 (dezesesseis) municípios, caracterizando-se como um território rico em fauna, flora e cultura, em especial, por ser historicamente habitado por populações tradicionais e famílias de agricultores familiares. (AZEVEDO; DANTAS; FARIAS, 2016). Ou seja, são pequenos pescadores, ribeirinhos, extrativistas e quilombolas. Todavia, não obstante as potencialidades de recursos naturais e culturais, observa-se que esses municípios possuem baixo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).

Além do mais, esses municípios estão numa região, onde se concentra uma das últimas fronteiras existente no Brasil, fazendo parte do Plano de Desenvolvimento Agropecuário MATOPIBA, que abrange parte dos Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, ou seja,

fazem parte de um projeto de grande investimento de capital, financiados em sua maioria com recursos públicos. O MATOPIBA, constitui-se o que Harvey (2004), denomina o maior exemplo do outro traço da “acumulação por despossessão”, como a pilhagem dos recursos naturais, com grandes impactos no bioma predominante, o Cerrado. (MIRANDA, 2021).

A região possui atualmente um dos menores índices de produção de agricultura familiar, mas também, a maior composição voltada para a produção do agronegócio, desenvolvido pelo projeto MATOPIBA. Por essa razão, os conflitos por terras na região do Baixo Parnaíba são acentuados, cujos impactos na vida e na renda das famílias corroboram para as situações de violação de direitos. Os municípios do território pesquisado apresentam aspectos socioeconômicos, políticos e culturais similares, embora possuam suas particularidades.

Identificamos que a maioria dos municípios pesquisados, têm a maior parte de sua população situada nas áreas rurais de seus territórios, somente o município de Belágua, tem uma percentagem mais equilibrada. Assim, esses municípios têm como principal produção a agricultura familiar e a pesca como atividade econômica.

Diante disso, foi possível constatar que os municípios são marcados por questões relacionadas a conflitos socioambientais, expansão irregular do agronegócio, expropriação de terras, poluição, assim como a sua população enfrenta as vicissitudes decorrentes dessas problemática, conforme dados e falas coletadas nas oficinas participativas.

Entendemos que vivenciar a vida cotidiana nos territórios comunitários, remete aos seus laços afetivos, as heranças familiares e vínculos com o local, onde constrói-se as relações sociais, a identidade, assim, estabelecendo o seu pertencimento com o local. É nos territórios que a comunidade constrói o modo de ser, de viver e de existir, no entanto, devido aos conflitos fundiários, tornam-se também, territórios de resistência. Essa resistência é vista na luta pela distribuição da terra, na reivindicação pela titulação da terra e na criação de assentamentos rurais.

É com essa dinâmica social que se percebe a interação social, que por vez, constitui campo permeado por um contexto de cooperação, de competição e do próprio conflito. Por isso, as comunidades tradicionais no seu território, vem atravessando por uma dinâmica de conflitos – porque não dizer pela necessidade de uma reforma agrária de fato – torna-se o contexto de exclusão e limitação, uma vez que sobressai os conflitos, lutas sociais contra o grande empresariado (empresas nacionais e internacionais - fazendeiros, grileiros e pelo próprio Estado). Tais formas de expropriação de terras, de territórios e direitos, abrangem

interesses do agronegócio, construção de hidrelétricas e outros grandes projetos, como os relacionados às questões urbanas, disputa por água e regiões turísticas, a exemplo do que acontece nos municípios de Tutóia, Água Doce e Araisos.

É preciso deixar claro, que esses conflitos socioambientais também são decorrentes das mudanças socioeconômicas globais. Conseqüentemente, as comunidades tradicionais vêm sofrendo contínuas pressões externas, isto é bastante notório, nessa região da pesquisa, onde identificamos uma estrutura agrária concentrada no território dos dez municípios, apresentando conflitos envolvendo até ameaças de morte nos municípios de Belágua (comunidades de Estiva do Alfredo; Estiva da Josefa; Pau Ferrado I e II; Povoados Guarimansal).

No município de Brejo, foi apresentado conflitos por terras nas comunidades de Olho D'Água e Lagoa; Povoados Centro dos Morros e Morros dos Veridianos); Comunidade Ingá, Comunidades Veado Branco, Água Branca, Centro das Teixeiras, Guarimã, Macacos dos Vitos, Corrente, Panela, Mata de Baixo e Mata de Cima; Comunidade Cantinho dos Vieiras e na Comunidade Gameleira.

Já no município de Buriti, foi apresentado conflitos nas comunidades de Valença/Carrancas; Brejão; Araçá; Comunidade Taboquinha. O desmatamento das áreas de chapada para a produção da soja tem chegado aos quintais das famílias, impedindo a criação dos animais e outras produções (informação das próprias famílias, principalmente, na oficina no município de Buriti). As famílias relataram também, problemas devido ao uso descontrolado de insumos agrícolas, por exemplo as pesticidas manejadas por aviões, cujo "veneno" tem causado a morte de plantas e animais domésticos, e ainda implicações para os trabalhadores e suas famílias, como doenças respiratórias e dermatológicas, entre outras.

No município de Santa Quitéria, nas comunidades Baixão do Coceira I e II, Lagoa das Caraíbas e São José; Taboca; Mundé, Santa Maria, Pau Serrado, Tabatinga, Rio Grande dos Gonçalves, Rio Grande dos Lopes, Vereda, Sucuruju, Cabeceira do Tabatinga, Luís Boa, Roça Velha, Cana Brava, Buriti Seco, Barra da Onça, Buriti dos Ferreira, Rio Grande dos Gatos, Caruara e Capão.

Em São Benedito do Rio Preto, os conflitos se concentram no Território Quilombola Guarimã, Comunidade Bacuri e Bacabal.

A economia de base familiar é composta principalmente pelo arroz, feijão e, sobretudo, a mandioca, que se destaca pela sua importância para a cultura alimentar, a exemplo da farinha de mandioca. Há também o extrativismo vegetal (coco, frutas, palha, caça, extração de mel); a

criação de pequenos animais em áreas que os trabalhadores denominam de “chapada”. As frutas se destacam para o consumo familiar e comercialização como o pequi (*Caryocar brasiliense*), juçara (*Euterpe oleracea*) e buriti (*Mauritia flexuosa*); e um dos principais o bacuri (*Platonia Insignis*).

Poderíamos elencar também, uma extensiva lista de remédios que se extraem da chapada como: aroeira, angico, açoita cavalo, mangaba brava, janaguba que são os mais conhecidos. No entanto, com a expansão da soja, e do eucalipto visando à produção de celulose e a extração de madeira nativa para a produção de carvão vegetal, esse modo de vida vem desaparecendo.

Assim, o desmatamento e a destruição do bioma Cerrado, afetam diretamente na alimentação das famílias que habitam no território, pois os frutos como pequi, bacuri, juçara e buriti fazem parte da base alimentar desses trabalhadores e têm desaparecido do consumo. Como são territórios em que os trabalhadores vivem do extrativismo, da agricultura familiar e da pesca, com a expansão desordenada do agronegócio sobre seu modo de vida, intensificam-se as situações de extrema pobreza, insegurança alimentar e a falta de trabalho. Então uma das alternativas encontradas, relatadas também pelas famílias e pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brejo, são os deslocamentos realizados pelos homens, maioria jovens, para o corte do chamado por eles, “pendão de milho” nos Estados de Minas Gerais e Goiás.

Assim, os trabalhadores passam a migrar para outros Estados, muitas vezes se submetendo às condições degradantes, desumanas e perdendo até a vida. São situações de violências centradas no sistema agropecuário e do agronegócio, que pode ser comparada ao sistema de “plantation” utilizado no período colonial, que se redefine a partir do trabalho análogo ao escravo, em que se destaca a monocultura.

Aliás, atualmente, a expropriação de terras e territórios e a exclusão dos direitos das comunidades tradicionais perpassam pelo interesse do agronegócio, pelo processo de mineração, construção de hidrelétrica e das obras dos megaprojetos. Normalmente, para a economia global não é vantajoso proteger ou preservar a natureza, muito menos as culturas e as tradições. O que dá lucro é explorar o local, desmatar, destruir e forçar o deslocamento do seu local de origem.

Em termos de singularidade o que os unifica esses territórios é o embate com o avanço do capital e a financeirização do campo, possibilitando resistência e luta pela preservação da cultura e a identidade desses povos. Como também, o fato de fazerem parte em sua maioria de

povos e comunidades tradicionais, vivendo do extrativismo, da agricultura familiar e da pesca. Mas atualmente vivenciam conflitos em decorrência da intensificação do grande capital representado pela soja e eucalipto.

O Estado do Maranhão vem sendo afetado por graves violações de direitos humanos, tanto na sua própria área territorial, quanto fora, para outros estados, pois é um dos Estados que mais exporta mão de obra em condição análoga à escravidão para o trabalho no campo – atividade que mais explora o trabalho humano dessa forma, por meio do agronegócio. Assim, como resultado da pesquisa, propomos a necessidade urgente de uma reforma agrária, políticas agrícolas, públicas e sociais para esses povos e territórios atingidos pelo grande capital e a busca desmedida e desenfreada por lucro e poder.

4 CONCLUSÃO

Um elemento importante na consideração do conceito de territórios, para além da identificação de suas dimensões e relações entre si, são os saberes que ancoram sua interpretação. Neles, cumpre inserir a voz daqueles que os tornam vivos. No caso da cartografia social, utilizada como método da pesquisa realizada sobre os conflitos ambientais no Baixo Parnaíba-MA, foi possível apreender efetivamente as singularidades e minúcias das relações de poder presentes no território. Com isso, ficou claro que tais relações se traduzem, em específico nesse território, em conflitos socioambientais.

Foi também evidenciado que o fato de serem os sujeitos que os experimentam, são submetidos a relações de poder. Isto é, um poder sobre eles se exerce como forma de dominação na articulação Estado/Mercado, mas são também eles que também resistem e reconfiguram esse poder, obrigam-no, a rever suas estratégias. Isso quer dizer que há de fato, uma relação e que há movimento. O território assim está continuamente mudando, embora pareça fixo. Essa dinâmica é que o move, isto é, o poder circula, sem que nenhum dos lados detenha sua titularidade. O que o caracteriza fundamente é a disputa, o conflito, a luta entre opostos, constituindo sínteses, que vão além da oposição e portanto, pondo e repondo novos desafios.

O território multifacetado do Baixo-Parnaíba, apresenta, entre e nos municípios, que o compõem, grande diversidade e diferença, mas também se repetem, sobretudo, as expressões da questão social, articuladas em torno, sinteticamente, dos conflitos ambientais. São esses

conflitos que configuram os objetos e as demandas da ação estatal na região, para enfrentamento através de Políticas Públicas.

Assim compreendido esse território, - uma singularidade, parte específica de uma totalidade mais ampla de relações - abre-se maior possibilidade de ação crítica nele, o que passa inevitavelmente pela questão da reforma agrária (e não apenas pelos conflitos socioambientais ali presentes, mas por toda a sua dinâmica interna em que o agronegócio e o privatismo dão o tom), mas também por um conjunto indispensável de políticas públicas, em particular, de corte social.

Uma rigorosa e localizada interpretação pode fundamentar uma ação mais competente e consequente dos pontos de vista técnico-político, sem esquecer que esse é um território já objeto de interpretação e intervenção segundo a lógica dominante da simbiose Estado/Mercado via formações discursivas que acionam diferentes e complementares áreas do conhecimento, bem como práticas institucionais e extra institucionais, constituindo um território muito particular a ser des-estruturado para ser re-.construído, reconfigurado sob novas bases, segundo a lógica experiencial dos sujeitos que em última instância, não apenas nele vivem, mas o produzem.

Trata-se do território da população, que mediado pelo território-governança do Estado, pode emergir como um território-síntese, em contínua apropriação e potencial produção de si. Nessa dinâmica, que está sempre dentro e fora do Estado, há que saber o que escapa à lógica dominante, isto é, o que há entre os sujeitos do território em suas próprias relações e interações, passível de ser captado e potencializado pelas lutas em curso.

É fundamental identificar o que está fora da cobertura estatal, seja em termos de potencialidades, seja em termos de onde o poder do estado não alcança e que pode ser apropriado e convertido em produção de modos de vida e trabalho da própria população. Isso pode guardar o poder de produzir o território para além do usufruto de bens e serviços públicos, no que reside, em suma, a noção efetiva de cidadania não regulada.

É preciso reinventar a interpretação dos territórios para neles agir e para tanto, investigar as minúcias dos conflitos, do que escapa e do que não escapa ao poder estatal nos modos de vida das populações, o que pode favorecer a descoberta de uma nova e contínua composição de força política. Essa força pode nascer de múltiplos lugares. Tais lugares são passagens, nunca fixas, para a organização e produção do novo.

Desse modo, o território usado pode ser ressignificado, já que o chamado território usado (Santos, 1985) não é apenas o do capital. É também usado pelas populações que não apenas reproduzem conteúdos impostos. Algo inevitavelmente escapa ao poder estatal de algum modo e é o que aparece e constitui conflitos, mas também potencialidades de uma outra realidade. No caso da região do Baixo Parnaíba trata-se das potencialidades turísticas, da agricultura familiar, das práticas e manifestações artístico-culturais tradicionais, etc convivendo com os conflitos, marcadamente de natureza socioambiental, do que a monocultura da soja é exemplar, enquanto determinante por excelência das diversas formas de exclusão e extermínio de recursos humanos e naturais na região.

Ainda assim, há potência inexplorada de recursos naturais, humanos, econômicos, políticos, culturais, religiosos, que se mostraram claros ao longo da pesquisa. Esta, é anterior ao poder que ali se exerce como dominação. A potência é o outro lado do poder. É aquilo que, na mesma relação, pode, do subterrâneo forçado da vida coletiva, desestruturar formas de mando. Se há uma tecnologia específica e multifacetada de poder a cada território e somente em cada um, de modo inédito, existe necessariamente outra, uma tecnologia da potência compondo outra microfísica, embora ainda não organizada enquanto tal.

REFERÊNCIAS

- CABRAL. Diogo Diniz Ribeiro (org.)[...]et al]; prefácio Alfredo Wagner Berno de Almeida. **Conflitos e lutas dos trabalhadores rurais no Maranhão ano 2021**. São Luís:eduEMA, 2022.
- FOUCAULT. M. **Microfísica do Poder**. Martins Fontes. São Paulo. 1984
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 fev. 2023.
- NEGRI. Antonio. **Multidão**. Guerra e Democracia na era do império. Record. Rio de Janeiro. 2010.
- MIRANDA, A. A. B. de. TERRITÓRIOS VIVOS E USADOS: o processo de acumulação por despossessão e os conflitos socioambientais no Baixo Parnaíba/Ma. In: **X JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS**, 2021, São Luís/MA. Anais, São Luís: UFMA, 2021.
- RAFFESTIN. C. **Por uma geografia do poder**. Ática.São Paulo. 1993.
- SOUZA. M.J.L. **O território**: Sobre espaço e poder. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2001
 _____ **“Território” da divergência (e da confusão)**: em torno das imprecisas

fronteiras de um conceito fundamental. In: Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. Nobel. São Paulo. 1985.